

À  
Impugnante,

**Referência: Pregão Eletrônico Nacional NF 0404-26 - AÇÕES EDUCACIONAIS PRESENCIAIS DE NR-10, EM FORMATO IN COMPANY DESTINADA AOS EMPREGADOS DA ITAIPU**

**Assunto: Impugnação - Resposta - Pedido indeferido.**

Inicialmente, cumpre-nos esclarecer que a ITAIPU é pessoa jurídica de direito público internacional, instituída por Tratado celebrado entre a República Federativa do Brasil e a República do Paraguai, no exercício pleno de suas soberanias, o qual estabelece as normas que regem a binacional (Artigo III, do Estatuto da ITAIPU, Anexo A do Tratado), conjugando e principalmente compatibilizando as leis internas dos dois Estados contratantes.

A ITAIPU possui procedimentos próprios para os certames licitatórios que promove (Artigo XXVIII, do Estatuto da ITAIPU, Anexo A do Tratado), disciplinados na Norma Geral de Licitação (NGL) da ITAIPU, aprovada pelo Conselho de Administração, órgão máximo na instância hierárquica, constituído paritariamente por brasileiros e paraguaios.

Portanto, as licitações realizadas pela binacional, diante da sua natureza jurídica peculiar, são regidas por sua NGL, conforme consta no subitem 2.3 do Caderno de Bases e Condições (CBC) do Pregão em apreço, não lhe sendo aplicáveis as leis internas do Brasil que disciplinam sobre licitações e contratações da Administração Pública. Pelo mesmo motivo, a binacional não se submete ao controle do Tribunal de Contas da União do Brasil (TCU). Inclusive, os temas já foram objeto de decisões do Supremo Tribunal Federal do Brasil (STF)<sup>1</sup>.

Feitas as considerações iniciais e analisado o teor da impugnação apresentada por V. Sa, que em suma, pleiteiam flexibilizar as exigências de capacidade técnica exigidas pelo edital, passamos a analisar de maneira detida a referida insurgência:

**I) Capacidade técnica para atender empresa de grande porte, com no mínimo 500 empregados:**

A exigência de experiência em empresas com, no mínimo, 500 empregados do quadro próprio possuem fundamento técnico-operacional relacionado à dimensão e à complexidade do treinamento, sendo que o porte organizacional da ITAIPU influencia diretamente a complexidade dos serviços.

<sup>1</sup>ITAIPU BINACIONAL - ALIENAÇÕES E CONTRATAÇÕES - PROCESSO LICITATÓRIO - INEXIGIBILIDADE. Não se aplica a Lei nº1/2 8.666/1993 às alienações e às contratações de obras, serviços e bens realizadas por Itaipu Binacional. (ACO 1904, Relator(a): MARCO AURÉLIO, Tribunal Pleno, julgado em 08-09-2020, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-235 DIVULG 23-09-2020 PUBLIC 24-09-2020)

ITAIPU BINACIONAL - FISCALIZAÇÃO - TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO. Eventual fiscalização pelo Tribunal de Contas da União dar-se-á nos termos acordados em instrumento firmado entre a República Federativa do Brasil e a República do Paraguai. (ACO 1905, Relator(a): MARCO AURÉLIO, Tribunal Pleno, julgado em 08-09-2020, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-235 DIVULG 23-09-2020 PUBLIC 24-09-2020)

Vale ressaltar que tal exigência não pretende afirmar que empresas de menor porte sejam tecnicamente incapazes, mas sim selecionar fornecedor que comprovadamente já tenha executado serviços em ambiente corporativo de complexidade equivalente à da contratação pretendida, garantido a segurança necessária a ITAIPU.

Neste sentido, treinamentos NR-10 SEP em grandes organizações, como a ITAIPU, demandam:

- capacidade logística e de mobilização ampliadas;
- padronização metodológica e controle de qualidade;
- controle documental robusto, incluindo rastreabilidade de certificações;
- gestão simultânea de múltiplas turmas e planejamento em larga escala;
- integração com procedimentos corporativos complexos, inclusive requisitos de SMS;
- gestão de interfaces operacionais entre áreas de alta criticidade;
- experiência comprovada na execução de treinamentos críticos em ambientes industriais complexos.

Assim, considerando as particularidades da ITAIPU, o edital não está exigindo uma experiência desarrazoada ou excessiva, mas apenas a comprovação de atuação em contexto operacional equivalente ao objeto licitado.

## **II) Exigência de experiência em empresas geradoras, transmissoras ou distribuidoras:**

A restrição a ambientes vinculados ao segmento de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica não possui caráter arbitrário, mas decorre das particularidades técnicas inerentes ao Sistema Elétrico de Potência - SEP.

A NR-10 conceitua SEP como: “conjunto das instalações e equipamentos destinados à geração, transmissão e distribuição de energia elétrica até a medição, inclusive.”

As operações desenvolvidas em concessionárias e agentes do setor elétrico apresentam características específicas que diferenciam significativamente tais ambientes de instalações industriais convencionais, incluindo:

- operação contínua e sistêmica;
- procedimentos coordenados com centros de operação;
- energização em níveis elevados de tensão;
- manobras complexas;
- gestão de estabilidade e continuidade do sistema;
- riscos de arco elétrico de grande magnitude;
- aplicação de procedimentos formais de liberação;
- integração com normas setoriais específicas do setor elétrico.

Embora existam instalações industriais com alta tensão, nem todas reproduzem as condições operacionais típicas do SEP de uma empresa do Setor Elétrico, que tem suas

<sup>1</sup>ITAIPU BINACIONAL - ALIENAÇÕES E CONTRATAÇÕES - PROCESSO LICITATÓRIO - INEXIGIBILIDADE. Não se aplica a Lei nº2/2 8.666/1993 às alienações e às contratações de obras, serviços e bens realizadas por Itaipu Binacional. (ACO 1904, Relator(a): MARCO AURÉLIO, Tribunal Pleno, julgado em 08-09-2020, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-235 DIVULG 23-09-2020 PUBLIC 24-09-2020)

ITAIPU BINACIONAL - FISCALIZAÇÃO - TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO. Eventual fiscalização pelo Tribunal de Contas da União dar-se-á nos termos acordados em instrumento firmado entre a República Federativa do Brasil e a República do Paraguai. (ACO 1905, Relator(a): MARCO AURÉLIO, Tribunal Pleno, julgado em 08-09-2020, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-235 DIVULG 23-09-2020 PUBLIC 24-09-2020)

particularidades a exemplos: Transmissão (linhas de alta tensão), Interligação com o sistema nacional/internacional, Operação contínua 24/7, Níveis de tensão elevadíssimos (230kV, 500kV), diferentemente de uma indústria (petroquímica, papel, mineração et.) que usa energia elétrica como insumo e não como atividade principal envolvendo diferentes tipos de riscos.

Assim, a ITAIPU definiu as exigências de habilitação necessárias à mitigação dos riscos envolvidos, especialmente considerando que o objeto envolve treinamento relacionado diretamente à preservação da vida, integridade física dos trabalhadores e segurança operacional.

### III) Limitação temporal dos atestados - últimos 36 meses:

A exigência de comprovação de experiência nos últimos 36 (trinta e seis) meses possui fundamento na necessidade de demonstração de capacidade operacional atual e recente. Inicialmente cabe esclarecer que a área de segurança em instalações elétricas encontra-se em constante evolução técnica, normativa e operacional, envolvendo:

- atualização de procedimentos de segurança;
- evolução das técnicas de análise de risco;
- atualização de práticas de combate ao arco elétrico;
- mudanças em normas técnicas;
- revisões procedimentais;
- evolução tecnológica dos sistemas elétricos;
- modernização de equipamentos e metodologias de treinamento.

Além disso a NR-10 exige atualização periódica dos treinamentos, conforme subitem 10.8.8:

*“O treinamento de reciclagem bienal e sempre que ocorrer alguma das situações a seguir:*

*a) troca de função ou mudança de empresa;*

*b) retorno de afastamento ao trabalho ou inatividade, por período superior a três meses;*

*c) modificações significativas nas instalações elétricas ou troca de métodos, processos e organização do trabalho.”*

Com isso, a própria norma regulamentadora reconhece a necessidade de atualização periódica do conhecimento técnico dos trabalhadores, o que evidencia a necessidade e razoabilidade da exigência de experiência atual e/ou recente, neste caso, de 36 (trinta e seis) meses.

Diante do exposto, a ITAIPU resolve **indeferir** a impugnação ora apresentada.

Por fim, solicitamos a gentileza confirmar o recebimento desta correspondência no campo abaixo, devolvendo-a ao e-mail [compras@itaipu.gov.br](mailto:compras@itaipu.gov.br).

<sup>1</sup>ITAIPU BINACIONAL - ALIENAÇÕES E CONTRATAÇÕES - PROCESSO LICITATÓRIO - INEXIGIBILIDADE. Não se aplica a Lei nº3/2 8.666/1993 às alienações e às contratações de obras, serviços e bens realizadas por Itaipu Binacional. (ACO 1904, Relator(a): MARCO AURÉLIO, Tribunal Pleno, julgado em 08-09-2020, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-235 DIVULG 23-09-2020 PUBLIC 24-09-2020)

ITAIPU BINACIONAL - FISCALIZAÇÃO - TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO. Eventual fiscalização pelo Tribunal de Contas da União dar-se-á nos termos acordados em instrumento firmado entre a República Federativa do Brasil e a República do Paraguai. (ACO 1905, Relator(a): MARCO AURÉLIO, Tribunal Pleno, julgado em 08-09-2020, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-235 DIVULG 23-09-2020 PUBLIC 24-09-2020)

Atenciosamente,

**Daniele Tassi Simioni Gemael**  
Superintendente de Compras

Confirmo o recebimento:

\_\_\_\_\_  
(identificação e assinatura)

Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

<sup>1</sup>ITAIPU BINACIONAL - ALIENAÇÕES E CONTRATAÇÕES - PROCESSO LICITATÓRIO - INEXIGIBILIDADE. Não se aplica a Lei nº4/2 8.666/1993 às alienações e às contratações de obras, serviços e bens realizadas por Itaipu Binacional. (ACO 1904, Relator(a): MARCO AURÉLIO, Tribunal Pleno, julgado em 08-09-2020, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-235 DIVULG 23-09-2020 PUBLIC 24-09-2020)

ITAIPU BINACIONAL - FISCALIZAÇÃO - TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO. Eventual fiscalização pelo Tribunal de Contas da União dar-se-á nos termos acordados em instrumento firmado entre a República Federativa do Brasil e a República do Paraguai. (ACO 1905, Relator(a): MARCO AURÉLIO, Tribunal Pleno, julgado em 08-09-2020, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-235 DIVULG 23-09-2020 PUBLIC 24-09-2020)

## PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal de Assinatura/Firma Digital - Itaipu Binacional. Para verificar as assinaturas, clique no link <https://pad.itaipu.gov.br/Verificar/DEC0-FFA0-1973-D963> ou visite o site <https://pad.itaipu.gov.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: DEC0-FFA0-1973-D963



### Hash do Documento

7EDAB891E9950BA241E7756246933E2558CF636FAEC856EA98DF7D1BF8E72FC2

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 18/05/2026 é(são) :

☒ Daniele Tassi Simioni Gemael - 023.\*\*\*.\*\*\*-04 em 18/05/2026

15:53 UTC-03:00

**Tipo:** Certificado Digital